



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA EM DOIS ESPAÇOS DISTINTOS: ESTADUAL E MUNICIPAL

Sheila Cristina Furtado
(UESB)

Denise Aparecida Brito
(UNEB)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar características quanto à formação inicial, continuada, sexo, tempo de trabalho como docente, tempo de trabalho na modalidade de educação de jovens e adultos dos professores vinculados à Rede pública municipal e estadual do município de Vitória da Conquista - BA. A metodologia utilizada pressupôs preenchimento de questionários por professores atuantes no programa REAJA, no município e programa Aceleração I e II na esfera estadual, durante o primeiro semestre letivo de 2005. Diante dos dados coletados pudemos verificar que atualmente, no município de Vitória da Conquista - BA, ainda não existe, de fato, uma política de EJA por parte das esferas públicas de educação e sim a implantação de Programas como historicamente vem ocorrendo com a EJA no Brasil.

INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira tem evidenciado a descontinuidade nas propostas implementadas pelos Governos nos níveis Federal, Estadual e Municipal. A Educação de Jovens e Adultos – EJA – não difere desta realidade. Ela aparece, desde o Período Colonial, passando por todo Império, em diferentes discursos, projetos e leis, porém só alcança algum significado “prático” na República. Isto se dá não apenas pelo discurso liberal que sustenta os ideais republicanos, mas significativamente, pelas pressões, internas e externas, que o Brasil sofre em relação ao avanço industrial e à adequação da mão de obra à nova realidade econômica.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A implantação das propostas para EJA deu-se assim de forma muito variada, atendendo aos diferentes interesses de seus propositores. É clara a relação entre a EJA e os problemas políticos e econômicos: a estrutura social do país ideologicamente determinada pelas classes mais favorecidas marca sua concepção elitista. As políticas sociais implantadas pelo Estado, por exemplo, após a crise do capitalismo industrial em 1929, partem de um ângulo exclusivista do trabalho, mais do que uma preocupação efetiva com o trabalhador.

Uma amostra de insatisfação e do questionamento que foi sendo gestado na sociedade brasileira, em fins das décadas de 40 e 50, com relação à ineficiência das campanhas, marchas e projetos mirabolantes para a erradicação do analfabetismo, somadas às pressões internacionais para a elevação do índice de alfabetização, é o aumento de iniciativas populares, procurando superar os índices provenientes deste descaso dos governos para com a EJA. Isso motivou diversos setores da sociedade civil, nas décadas de 50 e de 60, ligados à Igreja Católica, aos partidos de oposição, aos movimentos estudantis secundaristas e universitários, como exemplo o Movimento de Cultura Popular –MCP, Movimento de Educação de Base – MEB, Cruzada ABC da Igreja Protestante, União Nacional dos Estudantes – UNE, além de outros movimentos, a retomarem as discussões em torno, não apenas da EJA, mas da defesa da escola pública como um todo.

Com o golpe de 1964, dando início ao período da ditadura militar (64-84) retiraram-se de cena as iniciativas populares que pensavam a EJA como instrumento de conscientização e transformação da sociedade, ao mesmo tempo em que reforçou-se uma visão utilitarista da escola, implantando um conceito funcional de alfabetização, ou seja, aprender a ler e a escrever para ser útil ao mercado capitalista de trabalho. Um representante clássico deste período, lançado

em 1971, é o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAI,³⁸⁶ que propagandeou muito mais que realizou e gastou muito para reduzir, em apenas, aproximadamente, 8% do índice de analfabetismo total do país, nos 19 anos de existência do movimento.

Também no ano de 1971 deu-se a inclusão, pela primeira vez na história, de um capítulo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a de nº 5.692, dedicado ao ensino supletivo³⁸⁷, para aqueles que foram marginalizados da escola regular na idade própria.

Com o fim da ditadura militar, a política que se instaura, na EJA, a partir de meados da década de 80 do século passado, com discurso e redemocratização àqueles que foram excluídos, com a Fundação Educar e com as Comissões Nacionais do País é a de garantia de acesso à escola.

Porém, este discurso ainda diverge e se distancia muito da realidade ocorrida nos Estados e Municípios.

A EJA, que já sofreu o descaso das políticas públicas, ao longo desses anos, ainda não é encarada com a devida seriedade pelo poder público. Percebe-se que não há clareza por parte das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais no que se refere à aplicação dos recursos destinados a essa clientela, à especificidade deste atendimento e à superação das propostas imediatistas de “campanhas de erradicação do analfabetismo”. As diferentes experiências que ainda assim, ocorrem no país já têm alterado para o aumento do número de alunos que deixam a rede pública diurna, em busca pela opção do Ensino Noturno, uma vez que, os adolescentes e jovens ingressam cada vez mais prematuramente no mercado de trabalho, interrompendo o ciclo previsto de escolarização básica. Isso exige uma

³⁸⁶ O MOBRAI tinha a finalidade de alfabetizar pessoas com 15 anos ou mais de idade com pouca ou nenhuma escolaridade, se tornando o executor de um serviço de alfabetização em grande escala, abrangendo todos os municípios brasileiros.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

reflexão mais profunda dessas mudanças, além da urgência de uma revisão da educação do próprio sistema.

A realidade Nacional, hoje, tem deixado cada vez mais claro a necessidade de uma política permanente de EJA, que não se limite apenas na superação do chamado analfabetismo. Além de pessoas que lêem e escrevem, o mundo está cada vez mais a exigir pessoas que pensem os processos de mudanças pelos quais passamos, para que possam ser sujeitos críticos de sua aprendizagem e não apenas objetos. Mais do que pessoas especializadas, tecnicamente treinadas para responder às exigências deste mundo globalizado, é necessária uma educação que resgate, nos indivíduos, o direito de ser agentes de sua história, ultrapassando os limites de uma visão de leitura como codificação e decodificação.

O Plano Decenal de Educação para todos propõe uma educação voltada para os exercícios ativos dos direitos da cidadania. O conceito de cidadania subjacente a este programa não se limita àquele conceito restrito ao seu aspecto jurídico, de cunho moralizante que, oriundo de uma concepção burguesa, foi se configurando no decorrer histórico, num projeto de dominação da maioria da população. O conceito de cidadania é aqui concebido como igualdade política, econômica, jurídica, social e cultural. A cidadania é compreendida como processo de construção social forjado no interior da prática social e política dos movimentos populares. Implica assim, a conquista do direito ao atendimento de todas as necessidades básicas da pessoa humana e supõe o processo de construção da identidade pessoal e social de cada um.

Neste sentido ainda, este documento entende que há necessidade de sistematização da EJA, alerta para o fato de que “faz-se necessário estruturar e institucionalizar programas alternativos de educação continuada com o objetivo de reduzir o contingente atual de analfabetos e elevar os níveis médios de

387 O ensino supletivo tem características voltadas para uma clientela adulta e como objetivo básico recuperar o tempo perdido dos que não tiveram acesso a aprendizagem da leitura e da escrita em idade



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

escolaridade dos jovens e adultos subescolarizados.” (PLANO DECENAL, 1993, p. 49)

Quanto à operacionalização desses programas, estes deverão ser compatíveis com uma política voltada para a descentralização e autonomia.

Ainda há uma ênfase no que diz respeito à necessidade de se promover e ajustar cada vez mais uma educação que vá ao encontro do aluno, aqui, em especial jovens e adultos, e é assim que: “a variedade de contexto da clientela requer grande mobilidade de meios de atendimento de constantes ajustamentos às disponibilidades de tempo e possibilidades do educandos”. (PLANO DECENAL, 1993, p. 49)

A Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura aos jovens e adultos, em seu artigo 4º, uma educação com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, além de garantir a oferta de Ensino Noturno Regular.

Como consequência da trajetória da educação no Brasil, especialmente no campo da educação de pessoas jovens e adultas, tivemos como objetivo geral deste trabalho registrar os programas de ensino fundamental implementados - após a aprovação da LDB 9394/96 e da lei do FUNDEF - ambos no ano de 1998, pelo poder público estadual (Curso de Aceleração I e II) e pelo municipal (REAJA) no município de Vitória da Conquista, destacando características dos programas assim como destacando aspectos relacionados aos docentes que neles atuam.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizamos como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa e nessa perspectiva utilizamos como instrumento para a coleta de dados questionários

anterior a adolescência.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

distribuídos na rede pública municipal e estadual de ensino de Vitória da Conquista-BA, especialmente nas escolas localizadas na zona urbana.

Foram distribuídos duzentos e cinquenta questionários, sendo a metade em escolas de EJA da rede municipal e a outra parte em escolas de EJA da rede estadual. Desse total, conseguimos obter a resposta de 57 professores do município e 52 professores atuantes na rede estadual, formando um total de 109 questionários respondidos.

Os questionários aplicados foram divididos em duas categorias principais: na primeira foram abordadas questões tais como sexo, idade, formação inicial, tempo de atividade docente, tempo de atividade docente na modalidade de EJA, série em que leciona, além de relacionar eventos de formação continuada, freqüentados nos últimos cinco anos. A segunda parte do questionário é composta por trinta questões abertas abordando aspectos relacionados direta ou indiretamente com o processo de aquisição pessoal da leitura e da escrita e também questões abordando práticas docentes relacionadas com a aprendizagem da leitura e da escrita desenvolvidas junto aos alunos de EJA. Para efeito deste trabalho, somente as questões relacionadas com a primeira etapa do questionário serão abordadas.

Vitória da Conquista, localizada a mais de 900m de altitude, é a segunda maior cidade do interior baiano, com uma população estimada em 285.927 habitantes, segundo fontes do IBGE (2006), abrange mais de quarenta e três municípios, e tem sua origem no Arraial da Conquista, cuja história é reproduzida, em grande parte, pela tradição, já que os manuscritos dos conquistadores nunca foram acessíveis.

Ainda com base nos dados do IBGE (2006) em 2000, a população de Vitória da Conquista era de 262.585 habitantes, sendo 225.430 residentes na área urbana e 37.111 na zona rural.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Se caracteriza por possuir um clima semi-árido e sub-úmido a seco, sendo o período de maior precipitação das chuvas os meses de novembro a janeiro. Segundo a Prefeitura Municipal

“A cidade está dentro dos limites do semi-árido, sofrendo, portanto, os efeitos da baixa pluviosidade e das secas periódicas.”(PMVC, 2006,site oficial).

Quanto a sua vegetação, é formada, principalmente, por caatinga e cerrado, além de matas de cipó e extratos florestais remanescentes da mata Atlântida.

Vitória da Conquista tem se afigurado como o pólo principal da região e segundo Helena, aluna do Programa REAJA em 1999, “Ela é uma das maiores cidades do interior da Bahia. Aqui tem muitos hospitais, fábricas, escolas de 1º e de 2º grau, universidade e muitas coisas interessantes.” (1999a, p. 32)

A localização geográfica de Vitória da Conquista é um dos fatores favoravelmente concorrentes para seu papel de destaque regional. A cidade está no centro de um importante cruzamento rodoviário. No sentido Leste-Oeste, eixo formado por rodovias federais e por rodovias estaduais, permite o tráfego aos que se deslocam do oeste brasileiro em direção ao litoral baiano. No sentido Norte-Sul, corta o município a BR-116, por onde ocorre um grande fluxo, nos dois sentidos, de grande volume de produtos e pessoas, na troca entre duas importantes partes do país.

Com relação à educação, as instituições educacionais públicas tiveram sua origem em 1832, quando foi “criada a primeira escola pública de Conquista, dividida em escola de meninos e escola de meninas [e] o ensino dessa escola reunia-se, fundamentalmente, a ler, escrever e contar.”(PMVC, 2006, site) e após essa iniciativa, apenas em 1935, houve a construção do Grupo Escolar Barão de Macaúbas, abrindo a seqüência de construções de novos estabelecimentos de ensino.

Atualmente, o município conta com 68 escolas públicas que atendem à Educação de Jovens e Adultos, sendo 29 na zona rural com apenas uma delas de



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

cinho estadual e 40 na zona urbana, distribuídas entre estado e município, num número de 16 e 24, respectivamente. A educação infantil, segundo dados do SEI. BA (2006), somam um total de 254 unidades, assim distribuídas conforme a dependência administrativa: 134 unidades municipais localizadas na zona rural, duas estaduais implantadas na zona urbana, 19 municipais e 99 particulares.

Já as escolas que oferecem ensino fundamental, somam-se 169 municipais instaladas na zona rural; 29 estaduais, 33 municipais e 79 particulares, estando as últimas todas endereçadas na zona urbana.

Ainda segundo os dados coletados no site do SEI (2006), a oferta de estabelecimentos de Ensino Médio são bem mais restritos: apenas um estabelecimento estadual localizado na zona rural; 13 escolas estaduais, uma federal (Cefet) e dez estabelecimentos particulares localizados na zona urbana. Com a diminuição significativa no número de estabelecimentos de ensino público e privado que oferecem o ensino médio, fica evidente o estrangulamento do processo educativo na cidade de Vitória da Conquista, condenando um contingente enorme de adolescentes, jovens e adultos a interromper sua jornada escolar.

Programas implantados no campo da EJA pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Desde a última década do século passado, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), vem implantando programas voltados para atender às demandas por educação de pessoas jovens e adultas, desde a alfabetização, com o Programa AJA BAHIA – hoje com parceria com o programa federal Brasil Alfabetizado, até o ensino médio.

Dentre os Programas que visam à formação no ensino fundamental há o Tempo de Aprender I, que ocorre mediante utilização de tecnologias modernas tais como os multimeios –TV, vídeo, fitas cassete, livros – e representa o Telecurso 2000.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Também para atender a demanda por ensino fundamental, além das Comissões Permanente De Avaliação – CPA, voltada para realização de Exames Supletivos, que são implantadas em escolas da capital e do interior, dispõe do Programa Aceleração I e II. Este programa é de grande abrangência no estado, estando presente em todas as Diretorias Regionais de Ensino – DIRECs. Possui uma organização didática não seriada e é anual. O curso é regular, com avaliação no processo e com conclusão do ensino fundamental prevista em quatro anos. O currículo é baseado nos conhecimentos trazidos pelo aluno e na proposta curricular elaborada pela Ação Educativa e co-editada com o MEC e o UNICEF.

Para atender a demanda pelo ensino médio, além do Tempo de Aprender II, que funciona nos mesmos moldes da etapa referente ao ensino fundamental, a SEC-BA também dispõe do programa Aceleração III, além dos exames supletivos que conferem, após aprovação nas provas, o grau de ensino médio.

Ainda em se tratando de ensino médio, a SEC-BA disponibiliza também o PROLEIGOS –Habilitação de Professores Leigos – voltado para habilitar professores não titulados em exercício nas classes de 1^a a 4^a série das redes municipais, com o objetivo de, entre outros, assegurar a introdução no currículo do curso de formação de professores, nível médio, as disciplinas Metodologia da Alfabetização e Educação de Adultos. Porém, com as novas exigências conforme a LDBEN de 1996 e do Plano Decenal de Educação, esse programa cada vez mais perde força dentre as ações desenvolvidas pela SEC-BA.

Os POSTOS DE EXTENSÃO, projeto segundo o qual a escola vai aonde o trabalhador está, é uma ação conveniada entre a SEC, empresas e instituições e poucas têm sido as parcerias para efetivação desse programa nos dias de hoje.

Para efeito deste trabalho ficaremos focados no Programa Aceleração I e II, por ser o único presente nas escolas estaduais de Vitória da Conquista que atendem a uma clientela que demanda por EJA.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Um pouco mais sobre o Programa Aceleração I e II, implantado pela SEC-BA – objeto de nosso estudo

No início do ano de 1998, a SEC-BA elaborou uma proposta curricular para EJA, intitulada Ensino Fundamental - Aceleração I e II – de agora em diante Curso de Aceleração, aprovada segundo Portaria nº 066/98 e publicada no Diário Oficial de 08 de janeiro de 1998.

Porém, quando comparadas as propostas Programa de Suplência (implantados em 1993) e Curso de Aceleração, nota-se que as duas propostas são muito parecidas quase que na íntegra.³⁸⁸

Os objetivos do Curso de Aceleração, da mesma forma que os do Programa de Suplência (implantado em 1993), são:

- I. Oportunizar ao jovem e adulto, em distorção idade/série o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos através de uma educação voltada para a formação do cidadão consciente e crítico capaz de participar de forma efetiva do processo de transformação social.
- II. Desenvolver uma ação pedagógica baseada na relação Educação x Trabalho através de um processo de discussão permanente dos direitos e deveres do cidadão.
- III. Garantir ao jovem e adulto o domínio da leitura, escrita e cálculo como instrumento indispensável ao exercício da cidadania.
- IV. Possibilitar o uso de raciocínio lógico, como forma de atingir o domínio de habilidades básicas de organização e expressão do pensamento.
- V. Instrumentalizar o aluno para fazer a leitura de mundo com vistas a ampliação do seu espaço social. (Bahia, 1998a, p. 25-26) .

No Curso de Aceleração, o Ensino Fundamental foi reduzido para quatro anos de escolaridade e apresenta a seguinte estrutura:

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

QUADRO 1 – Equivalência dos estágios do Curso de Aceleração, ensino fundamental, com o ensino regular do ano de 1998 a 2004

Curso	ESTÁGIOS (Duração de 1 ano letivo)	Equivalência com o ensino Regular
Aceleração I	1º	1ª e 2ª séries
	2º	3ª e 4ª séries
Aceleração II	1º	5ª e 6ª séries
	2º	7ª e 8ª séries

Fonte: Bahia (1998a, p. 08).

Portanto, conforme demonstrado no Quadro 2.2, tanto a Aceleração I como a Aceleração II são divididas em dois estágios cada uma, com duração de um ano letivo cada estágio e com relação de equivalência conforme citado anteriormente. Sendo assim, houve uma diminuição do número de estágios em relação ao Curso de Suplência o que acarretou uma diminuição das horas de estudo, ao longo do curso, influenciando no nível de aprendizagem do aluno, já que em 2004 a Secretaria de Educação estabelece, mediante Portaria nº 14158/04 reestrutura a oferta de Educação Básica na modalidade de EJA na rede pública estadual voltando a adotar três estágios no Curso de Aceleração I e mantendo dois estágios para a Aceleração II a partir do ano de 2005.

QUADRO 2 – Equivalência dos estágios do Curso de Aceleração, ensino fundamental, com o ensino regular a partir do ano de 2005

Curso	Estágios	Equivalência com o ensino
-------	----------	---------------------------

³⁸⁸ Para maiores informações consultar Sales (2001, p. 43-63).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

	(duração de 1 ano cada)	Regular
Aceleração I	1º	1ª série
	2º	2ª e 3ª séries
	3º	4ª série
Aceleração II	1º	5ª e 6ª séries
	2º	7ª e 8ª séries

Fonte: Bahia (1998a, p. 08).

Com a emissão dessa Portaria em 2004, o principal aspecto que diferenciava a Proposta da Implantação do Curso de Suplência para o Curso de Aceleração deixa de existir, atesto assim que em 2005 o atual Curso de Aceleração passa a ter, inclusive na redação da sua proposta de implantação, os mesmos princípios, objetivos, características e normas de funcionamento – exceto a mudança na faixa etária para ingresso na modalidade de EJA prevista na LDBEN 9394/96.

Sendo assim, da mesma forma como ocorria na proposta do Curso de Suplência, para ser aprovado de um estágio para o outro, é necessário que o aluno demonstre um mínimo de 50% de aprendizagem e que tenha frequência mínima de 75%, conforme Artigo 24, inciso VI, da Lei Federal nº 9.394/96. Os estágios garantem a continuidade dos estudos de forma seqüenciada e anual.

O Curso de Aceleração possui uma organização didática anual com avaliação no processo e conclusão do ensino fundamental previsto em quatro anos. O conteúdo deve ser escolhido com base nos conhecimentos trazidos pelo aluno, privilegiando as necessidades do aprendiz, proporcionando a ele a ampliação dos seus conhecimentos e possibilitando a aprendizagem dos saberes construídos cientificamente.

Assim como acontecia com o Curso de Suplência, o Curso de Aceleração é uma proposta de educação básica para jovens e adultos que deverá se constituir



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

em uma alternativa viável e significativa para um grande contingente de jovens e adultos já incorporados ao sistema educacional, bem como àqueles que não tiveram acesso a uma educação que respeite a sua identidade cultural e a sua realidade de vida, de forma crítica e produtiva (Bahia, 1998a, p.9).

Cabe ainda ressaltar que, seguindo a atual política educacional do país, a SEC-BA desde meados dos anos 90 do século passado implantou a modalidade EJA para o ensino médio, o que vem perdurando nos dias atuais como Aceleração III, a ser concluída em até dois anos de estudos, dividida em áreas temáticas: Área 1 – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Área 2 – Ciências Humanas e suas Tecnologias e Área 3 – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Programa implantado no campo da EJA pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista – SMED

Atualmente a SMED desenvolve ações específicas no campo do ensino fundamental para jovens e adultos mediante o Programa Repensando a Educação de Jovens e Adultos – REAJA. Esse programa foi implantado em 1998 e até o ano de 2004 esteve restrito às séries iniciais do ensino fundamental. Somente a partir do ano de 2005 as iniciativas de extensão para as séries finais do ensino fundamental começaram a ser postas em prática.

Tanto o Seguimento I como o Seguimento II se divide em quatro módulos (I, II, III e IV).

Cada um deles equivale a uma série do ensino fundamental regular e ambos os seguimentos podem ser concluídos em até quatro anos de escolaridade, perfazendo um total de, no mínimo, de 800 dias letivos.

Os objetivos do Programa são:

- Oferecer educação básica a adolescentes, jovens e adultos que, por diversos motivos, foram excluídos do sistema educacional na idade adequada.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

- Contribuir , através da educação, para a valorização da identidade, construção da cidadania, formação integral, consciência crítica e noções de liberdade e democracia.
- Garantir a todos o direito de freqüentar gratuitamente a sala de aula e gozar dos benefícios proporcionados pela educação.
- Superar as formas cristalizada de ensino e permitir que o conhecimento de mundo e a realidade do dia-a-dia dos alunos incorporem na construção do aprendizado.
- Integrar o indivíduo à sociedade. (SMED, 2005, p. 7)

Os princípios orientadores do REAJA são:

- Processo educativo com práticas sociais, voltadas para o trabalho, a cultura, o confronto dos problemas coletivos e a construção da cidadania.
- Acesso aos meios de produção cultural, ao trabalho, à arte, ao lazer, à comunicação e ao esporte.
- Valorização das expressões culturais, reconhecimento de valores que fortalecem a confiança e a auto estima dos alunos, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, tornando-os agentes ativos na construção da sociedade e transformação do mundo.(SMED, 2005, p. 8)

Como reflexo e em concordância com esses objetivos e princípios orientadores, temos que a EJA no município, do ponto de vista do Projeto, tem função equalizadora visando igualdade de oportunidades e oferecendo possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas que participam do programa municipal.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Cabe ressaltar que, para efeito deste trabalho, nenhum professor que atua no Seguimento II participou do nosso levantamento de dados, mesmo porque o questionário foi aplicado no ano de implantação do Seguimento II e as experiências vivenciadas pelos docentes desse Seguimento naquele momento ainda eram muito incipientes para o objetivo da pesquisa como um todo.

Quanto à implantação ou intenção de que o Programa REAJA venha a atender ao ensino médio a SMED, ainda não divulgou oficialmente nenhuma proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme fora mencionado anteriormente, de duzentos e cinquenta questionários distribuídos em escolas públicas do município de Vitória da Conquista que atendem a modalidade EJA, conseguimos retorno de 109. Desse total, 57 foram respondidos por professores de EJA do município e 52 por professores de EJA atuantes na rede estadual.

Todos os professores da rede municipal atuam em classes do ensino fundamental menor, programa REAJA, sendo que 21 deles atuam na zona rural e 36 na zona urbana. Todos os professores da zona rural declararam atuar em turmas multisseriadas³⁸⁹, enquanto que os professores que trabalham na zona urbana ficaram distribuídos entre os Módulos I a IV. Esse dado constata que as turmas localizadas na zona urbana possuem características que muito as distanciam da realidade das turmas instaladas na zona rural, onde ainda é mantida, anos após anos, as classes multisseriadas que parecem fazer parte da realidade da zona rural no país, décadas após décadas.

³⁸⁹ Classes nas quais os professores atendem alunos em diversos estágios de aprendizagem podendo ter alunos desde o processo de alfabetização até o estágio equivalente à 4ª série do ensino fundamental.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Antes de prosseguirmos, cabe informar que, na visão dos sujeitos da pesquisa, no Seguimento I, a equivalência com o ensino regular se dá conforme descrito a seguir: Módulo I - equivale a 1ª série do ensino fundamental regular; Módulo II - equivale à 2ª série; Módulo III, à 3ª e Módulo IV, à 4ª série.

Com base na equivalência anteriormente descrita, os professores do REAJA da zona urbana, quando interrogados sobre o Módulo em que atuam, ficaram assim distribuídos: cinco atuam no Módulo I; quatro no Módulo II; quatro no módulo III; e sete no módulo IV. Onze deles disseram atuar em classe multisseriada da seguinte forma: cinco professores atuando com os Módulos I e II e seis atuando com os módulos III e IV.

Apesar de o município não disponibilizar salas de alfabetização, cinco dos professores classificaram seu Módulo de atuação como Alfa. Quando nos deparamos com essa informação, inicialmente imaginamos que essas pessoas haviam declarado desta forma, por serem recentes na Rede e não terem conhecimento da Proposta do REAJA e que nela não consta o Módulo Alfabetização. Porém, para nosso espanto, quando fomos investigar tempo de docência na EJA, apenas dois destes sujeitos da pesquisas estavam na Rede há menos de três meses, os demais estavam há dois anos atuando no REAJA e um deles tem 17 anos de docência no município, o outro tem 19 anos e o outro 23 anos. O nosso espanto se deu pelo descompasso entre tantos anos na Rede Municipal e falta de conhecimento de que a Proposta do REAJA não tem o Módulo Alfabetização.

Outra constatação que nos chamou atenção é que, de maneira geral, a formação inicial dos professores do REAJA estão condizentes com o previsto na Proposta pedagógica de organização do ensino noturno das escolas municipais de Vitória da Conquista Seguimento I e II da educação de jovens e adultos, divulgada pela SMED em 2005 quando ela diz que “O coletivo de professores do segmento I será composto, preferencialmente, por professores com Magistério, pedagogos, podendo também atuar os de outras licenciaturas.”(2005, p. 13).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Com a falência do Curso Normal Médio nas escolas do país, esse termo “preferencialmente” utilizado na Proposta nos preocupa, pois pudemos notar que dos 57 sujeitos que responderam ao questionário, apenas um é pedagogo, um cursa História na universidade local e um dos docentes possui curso superior incompleto. Todos os demais, ou seja, 54 professores têm sua formação inicial restrita ao ensino médio, Curso de Magistério.

Dos 57 docentes, 8 têm mais de 19 anos de atuação na Rede Municipal; 12 têm de 15 a 19 anos e 6 têm de 10 a 14 anos; ou seja, mais de 50% dos docentes têm mais de dez anos de magistério, ficando apenas 26 profissionais com um tempo de profissão entre 3 meses e 9 anos.

Em breve, um grande contingente de docentes deverá, com base em possíveis aposentadorias, ser substituído e com a diminuição de oferta de professores com Magistério, como essa “preferência” se manterá para atender às necessidades e demandas da Rede no ensino fundamental (menor) de pessoas jovens e adultas? Mesmo não acreditando que o Curso Superior, por si só, seja garantia de qualidade na educação e de mudanças significativas no processo educativo, como a SMED vem se movimentando para promover a formação de todo esse contingente de docentes do REAJA?

Mais um dado bastante interessante que conseguimos averiguar com base nos questionários respondidos, é que apenas oito professores têm mais de cinco anos de docência no REAJA, e desses, apenas três estão no Programa desde sua implantação. Segundo relato dos próprios sujeitos, o período de maior efervescência do Programa foi de sua implantação até o ano 2000, com grandes investimentos na formação e qualificação docente, em recursos de diversas ordens, na locação de veículos para atividades extra-classe, produção e publicação de livros que tiveram como autores os próprios alunos do programa, distribuição farta de material para discussões sobre temáticas envolvidas com a EJA, grande acompanhamento de coordenadores, seminários específicos abordando questões



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

relacionadas à EJA, planejamento, discussões e estudos em conjunto com coordenadores e professores de outras unidades, dentre outras ações.

Segundo os mesmos sujeitos, a partir de 2001 até os dias de hoje, o Programa vem perdendo prestígio junto à SMED, além de terem sido quase extintos os investimentos na qualificação docente, na divulgação da produção dos alunos, também reclamam da falta de apoio às atividades extra-classe, aos momentos de planejamento, além da ausência de livros e material de apoio, chegando a dizer da redução na quantidade de papel destinado a esse Programa.

Se essas informações são procedentes, mais um dado nos preocupa em relação a qualificação e formação dos docentes da Rede pública municipal que atuam na educação de pessoas jovens e adultas no município de Vitória da Conquista: dos 57 professores que responderam ao questionário, 38 professores estavam atuando no REAJA há menos de dois anos em 2005. Como será que vem sendo feita a qualificação docente para atuar na educação das pessoas jovens e adultas no município de Vitória da Conquista, no milênio atual?

Uma característica muito marcante no conjunto de professores da Rede municipal que atuam no REAJA é que foram registrados apenas três professores do sexo masculino, existindo uma predominância massiva de mulheres, dentro da nossa amostragem um número de 54. Esse dado para nós se torna interessante no momento em que pudemos comparar com os questionários respondidos pelos professores da Rede Estadual de ensino de EJA, que conforme recomendação da atual legislação vigente, concentra suas atividades na oferta de vagas no ensino fundamental maior e no ensino médio. Como as exigências legais para atuação nessas etapas do ensino pedem qualificação específica de acordo com a área de atuação obtida em instituição de ensino superior, o número de profissionais do sexo masculino é mais expressivo. De um total de 52 questionários respondidos por docentes da Rede Estadual, 15 foram respondidos por pessoas do sexo



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

masculino, sendo que desses três atuam na Aceleração I e possuem o Magistério como formação inicial.

Dos 52 professores do Estado que responderam ao questionário, 9 atuam na Aceleração I³⁹⁰ sendo que 7 têm como formação inicial o curso de Magistério e duas pessoas têm curso superior (uma Pedagoga e a outra licenciada em Letras). Na Aceleração II e na Aceleração III temos, respectivamente, 21 e 8 docentes que responderam ao questionário. Atuando em mais de uma etapa nós obtivemos resposta de 13 docentes que são professores no ensino fundamental maior e no ensino médio.

Dos docentes que atuam na Aceleração II apenas dois estão cursando graduação, sendo um em Biologia e o outro em Matemática; e outros dois têm pós-graduação, nível especialização concluída. Assim como na Aceleração III todos os demais docentes são graduados: 09 em Letras, 08 em Geografia, 10 em História, 01 em Música, 07 em Matemática, 02 em Biologia e 06 em Pedagogia.

Esses dados demonstram que, assim como ocorre no município em relação à exigência mínima para atuar no ensino fundamental menor, aqui no caso do estado essa exigência mínima também é respeitada, ou seja, Magistério para quem atua no ensino fundamental menor e Graduação para quem atua no ensino fundamental maior e no ensino médio.

Outra questão que nos chamou a atenção é que os docentes da Rede Estadual declaram maior tempo de docência tanto no Estado como em relação à EJA. Quanto a essa última questão acreditamos que isso se dê pelo fato de o Estado ter implantado os programas da antiga Suplência e atual Aceleração desde o ano de 1993, antecipando o Programa REAJA em pelo menos cinco anos.

Dos 52 docentes, 15 têm mais de 20 anos de atuação na Rede Estadual; 05 têm de 15 a 19 anos e 18 têm de 10 a 14 anos; ou seja, mais de 70% dos docentes

³⁹⁰ Etapa que no Programa de EJA da SEC-BA corresponde, como apontamos anteriormente, às séries iniciais do ensino fundamental.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

têm mais de dez anos de magistério, ficando apenas 14 profissionais, dentre os que responderam ao questionário, com um tempo de profissão entre 3 meses e 9 anos.

Sobre o tempo de docência no Programa de EJA pudemos obter as seguintes informações: apenas 20 professores têm menos de cinco anos de docência na modalidade de EJA e assim como aconteceu com o Programa REAJA da SMED-VC, o período de maior efervescência e de grandes investimentos na formação continuada dos docentes que atuam na Aceleração I, II e III se deu ao longo da década de 90 do século passado. No caso do Estado, o número de profissionais que vão demandar por afastamento, via aposentadoria, ainda é mais expressivo do que no caso dos profissionais do município. Se não existirem movimentos de capacitação e formação continuada dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino ora em estudo como ficará a EJA no Município de Vitória da Conquista?

CONCLUSÕES

Observamos que, apesar dos professores serem submetidos a processos de formação diferentes, atuarem em espaços públicos distintos, ambos os grupos denunciaram o descaso com que a EJA vem sendo tratada no milênio atual, principalmente quando enfatizam que o momento áureo dos programas aos quais estão vinculados ocorreu na última década do século passado, sendo poucos os momentos de formação continuada na modalidade de educação de pessoas jovens e adultas.

Acreditamos que a pouca periodicidade dos cursos e encontros de formação em serviço, dificulta a familiaridade dos professores com reflexões que possam enriquecer e subsidiar suas práticas, já que, principalmente no caso dos professores ingressantes no Programa de EJA do município e do estado, há menos de cinco anos não demonstraram indícios de oportunidade para participar de eventos específicos no campo da EJA. Ao contrário, os docentes de ambas as redes



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

que atuam há mais de cinco anos no campo da EJA mencionaram participação em encontros, seminários, discussões de temáticas específicas dessa modalidade de ensino mas ressaltam que essas eram mais comuns durante a segunda metade da década passada.

Arelada à formação continuada, também percebemos um descontentamento e uma preocupação de ambos os grupos quanto à falta de materiais e recursos necessários para o desenvolvimento das atividades em sala de aula, mas como esse não era nosso objetivo principal na investigação, não foi possível detectar e compreender de modo mais detalhado a extensão desse descontentamento e nem sequer o quanto a prática docente é influenciada por conta dessa escassez de recursos.

Outra questão que nos preocupa é sobre a formação inicial dos docentes dos dois espaços públicos em estudo, especialmente para as séries iniciais do ensino fundamental, e, mais especificamente, de EJA. Pudemos observar que a maioria esmagadora é formada por docentes de nível médio: antigos “Cursos de Magistério”. Não estamos colocando em dúvida a condição e as qualidades dos trabalhos desenvolvidos por esses docentes, mas estamos preocupados com os movimentos feitos (ou não) pelas Secretarias de Educação para substituição desses quadros, assim como para suas ampliações (já que a demanda por EJA a cada ano aumenta, conforme pode ser observado em diversos dados estatísticos). Se, por um lado, os cursos de Magistério estão em extinção, por outro, as ofertas de vagas para formação de docentes de nível superior não vêm acompanhando, principalmente nas cidades do interior (que às vezes nem Faculdades ou Universidades possuem), o número de vagas que deixaram de ser oferecidas nas antigas “Escolas Normais”. Sendo assim, como vai se dar o processo de substituição e aumento do quadro dos docentes do ensino fundamental menor de EJA?

Só para concluir, mais uma vez temos a questão do gênero no campo da educação, que pode estar classificada na categoria de “Serviços comunitários,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

sociais e pessoais”³⁹¹. No ensino fundamental maior e no ensino médio, que exigem uma maior qualificação profissional, ou seja, no mínimo a graduação, mesmo que em alguma licenciatura, o número de pessoas do sexo masculino é mais representativo, enquanto que no ensino fundamental menor, no qual a exigência mínima é o Curso Normal Médio, a maioria esmagadora de docentes é constituída por mulheres.

Percebemos que tanto nos programas da esfera estadual como nos da esfera municipal, nessa nova década parece demarcar um retrocesso quanto à identidade da EJA na cidade de Vitória da Conquista, com uma diminuição do impacto dos programas de qualificação docente e atendimento às necessidades de alunos no processo ensino-aprendizagem para essa modalidade.

Acreditamos ser imprescindível a valorização social e política da EJA em Vitória da Conquista com discussões e práticas de formação inicial e continuada de seus professores, de modo que deixe de possuir um caráter subalterno ao ensino fundamental e médio regular.

REFERÊNCIAS

IBGE site www.ibge.gov.br Consultado em 20.06.2006

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – Secretaria Municipal de Educação – (proposta em discussão com os professores) Proposta Pedagógica de organização do ensino noturno das escolas municipais de Vitória da Conquista Segmento I e II da educação de jovens e adultos. Local: Vitória da Conquista – Ba em 2005.

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista endereço eletrônico: http://www.pmvc.ba.gov.br/interface/index_geografia.asp data da consulta 29/06/2006

³⁹¹ Para maiores esclarecimentos consultar Castells (2002, p. 1991-210, v. II)



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

BAHIA, 1998a. Secretaria Estadual da Educação. Ensino Fundamental: Aceleração I e Salvador-BA: Gerência Básica de Educação de Jovens e Adultos.

Bahia, SEI – DATA DE consulta 29/06/2006 SITE <http://www.sei.ba.gov.br/sei/alimenta.wsp>

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista endereço eletrônico: http://www.pmvc.ba.gov.br/interface/index_geografia.asp data da consulta 29/06/2006

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2000) data da consulta 29/06/2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Escrevendo a vida. Projeto Reaja. Produção de alunos. Vol. 1 Vitória da Conquista, 1999. - Helena, A nossa Cidade. Página 32. Escrevendo a Vida / Secretaria Municipal de Educação – Vitória da Conquista (BA): SEMEC: FNDE, 1999a. – (Produção de Alunos, 01) .

SALES, Sheila Cristina Furtado Sales. Educação de jovens e adultos no Estado da Bahia – Programa Aceleração I e II. 2001. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Educação, Sociedade.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. Volume 2. 3ª ed. Editora Paz e Terra. São Paulo.